

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.282 - MG (2019/0356912-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : GENIVALDO LOPES (PRESO)
ADVOGADOS : FABRICIO VENICIO DOS REIS - MG141724
KELYSSON ESTEFANIO VILELA - MG121679A
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por GENIVALDO LOPES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.19.126326-8/000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incs. I e IV c/c o art. 29, *caput* e com o art. 62, inc. I, todos do Código Penal (homicídio qualificado).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, pretendendo que o paciente aguardasse o julgamento do processo em liberdade. A ordem foi denegada nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 311/321):

“EMENTA: HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA OU SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES - IMPOSSIBILIDADE - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR DO PACIENTE PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - DECISÕES DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - ORDEM DENEGADA. 1. Não merece ser acolhida a alegação de ausência de fundamentação, se o il. Magistrado a quo converte a prisão temporária do paciente em preventiva ressaltando a necessidade do acautelamento do acusado para a garantia da ordem pública, após destacara existência de prova da materialidade do crime e indícios suficientes de sua autoria. 2. Presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, a manutenção da segregação provisória é medida que se impõe, mormente tratando-se de delito doloso e em razão do *modus operandi* que, em tese, envolveu a empreitada criminosa.”

No presente recurso, alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia

Superior Tribunal de Justiça

cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e assevera que o decreto prisional está fundado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Aponta a existência de requisitos pessoais favoráveis e reafirma o caráter excepcional da prisão cautelar.

Invoca a possibilidade de fixação de medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da custódia, com fixação de medida cautelar diversa.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator